



Senado levará ao Pleno do STF recurso contra CPI exclusiva

O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em reação a liminar da ministra Rosa Weber que determinou uma CPI exclusiva sobre a Petrobras

Para Renan, a divergência sobre a amplitude da CPI — restrita à estatal ou ampliada — obriga a uma reflexão para evitar “investigações seletivas,

restritivas ou mesmo persecutórias”. A oposição pede a instalação rápida da CPI exclusiva e o governo quer propor outra comissão para investigar o metrô de São Paulo. **4 e 5**



Marcus Maciel/Agência Petrobras

Funcionário da Petrobras observa plataforma de petróleo em Angra dos Reis (RJ): governo e oposição travam batalha sobre investigações na estatal

Indicações de embaixadores para Suécia e Bulgária vão a Plenário 8

Em Roma, Renan vai a missa por Anchieta



Presidente do Senado participou ontem de cerimônia conduzida pelo papa Francisco em ação de graças pela canonização do padre José de Anchieta. O vice-presidente da República, Michel Temer, representou o Poder Executivo. **2**

Renan (D) está na Itália para cumprir agenda oficial do Senado, aprovada em Plenário na terça-feira

Subsídio a produtor de cana será estendido para área da Sudene 3

Bacharéis criticam exame da Ordem dos Advogados

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, associações de bacharéis em direito alegaram falta

de isonomia com outras profissões e interesses econômicos da OAB na manutenção do exame. **7**



Geraldo Magela/Agência Senado

Waldemir Moka (C) preside a audiência e pede que a OAB estabeleça diálogo

Comissões de Direitos Humanos debatem questão indígena 2

Senado retoma prioridade para mulheres na luta contra pobreza 3

MP que facilita licitações para obras públicas está na pauta 6

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Renan assiste à missa pela canonização de Anchieta

Papa Francisco celebrou ontem em Roma a cerimônia de ação de graças em homenagem ao terceiro santo brasileiro. O vice-presidente da República, Michel Temer, representou o Poder Executivo

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem, em Roma, da missa de ação de graças pela canonização do padre José de Anchieta. A cerimônia foi conduzida pelo papa Francisco na Igreja de Santo Inácio de Loyola. Renan cumpre agenda oficial do Senado, nos termos do Requerimento 406/2014, aprovado na terça-feira pelo Plenário. O vice-presidente da República, Michel Temer, representou o Poder Executivo.

O terceiro santo brasileiro — os outros são madre Paulina e frei Galvão — nasceu nas Ilhas Canárias em 1534. Jesuíta como o papa Francisco, Anchieta chegou ao Brasil aos 19 anos, em 1553, como missionário. No ano seguinte, chegou à capitania de São Vicente. Com o padre Manoel da Nóbrega,



Renan e Temer representaram os Poderes Legislativo e Executivo na cerimônia

participou da fundação de São Paulo. No local, foi instalado o colégio onde Anchieta iniciou o trabalho missionário.

O santo também atuou no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Bahia. Ficou conhecido como o Apóstolo do Brasil.

Câmara e Senado discutem a questão indígena

A Comissão de Direitos Humanos do Senado foi representada por Wellington Dias (PT-PI) em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre demarcação de terras indígenas e conflitos agrários. O senador defendeu a gestão dos órgãos indigenistas pelos próprios índios. No encontro, também esteve presen-

te o cacique Rosivaldo Ferreira Babau Tupinambá, que pediu apoio da CDH após ter prisão preventiva decretada por suposto envolvimento na morte de um agricultor familiar em conflito na Bahia. Wellington sugeriu o acionamento da Justiça para acompanhar a situação da prisão de Babau.

Na opinião do secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi),

Cleber Buzatto, o mandado foi encomendado por fazendeiros para assassinar o líder indígena na prisão. O cacique é protegido pelo Programa de Defensores dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. “Nossa preocupação é com a vida do cacique. Há relatos de que, em cidades da Bahia, colocaram fogo em casas de indígenas”, afirmou Buzatto.

Para o representante da Associação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib), Paulino Montejo, é preciso fortalecer a Fundação Nacional do Índio (Funai) contra o enfraquecimento que colabora para a violação de direitos dos povos. Ele aponta que os mais de 100 projetos para retirada de direitos dos povos indígenas em tramitação no Congresso retratam o interesse econômico que envolve a questão.



Rosivaldo Babau fala na audiência em que Wellington (C) representou a Casa

Tribunal de Justiça do DF terá acervo em rede virtual

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, assinou na quarta-feira um acordo para manter o acervo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado, que completa 39 anos em 2014.

O Senado está renovando acordos com dez bibliotecas, incluindo as da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Procuradoria-Geral da República, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho. Nos próximos dias, assinam a Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A RVBI tem um catálogo com cerca de 945 mil documentos, entre livros, artigos

de revistas e jornais, coleções de periódicos, obras raras e documentos digitais. O compartilhamento de recursos favorece o acesso a informações atualizadas e as necessidades de informação de parlamentares, ministros, magistrados, consultores, assessores e servidores. O sistema possibilita o empréstimo entre bibliotecas e a troca de experiência entre profissionais da área, evitando a duplicidade de trabalho.

Cyro afirma que sonho de Tiradentes continua vivo

Em discurso na quarta-feira, Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que os ideais de Tiradentes, falecido em 21 de abril de 1792, continuam atuais.

— O sonho altaneiro de Tiradentes permanece vivo para quem deseja construir um Brasil liberto para todos os brasileiros. Isso quer dizer um país direcionado para o futuro, focado na tecnologia e capaz de oferecer oportunidades de crescimento e



Moreira Mariz/Agência Senado

desenvolvimento às gerações de hoje e de amanhã — afirmou.

Para o senador, seguir as ideias dos inconfindentes mineiros nos dias de hoje significa priorizar a gestão de resultados, educação de qualidade, assistência hospitalar adequada, segurança para o trabalhador e manutenção da estabilidade econômica.

Cassol elogia apoio ao esporte amador em pequenas cidades

Ivo Cassol (PP-RO) elogiou a iniciativa de prefeituras de incentivar o esporte amador nas pequenas cidades. O senador ressaltou que, além de estimular a prática esportiva, os dirigentes promovem o encontro entre as comunidades.

Cassol também comemorou os bons resultados da cooperativa de crédito Credisul, que funciona em Vilhena (RO). Lembrou que, quando foi criada, em novembro de



Moreira Mariz/Agência Senado

1999, a cooperativa tinha um capital social de R\$ 537 mil. A Credisul fechou o ano passado com R\$ 310 milhões em ativos totais.

— São exemplos iguais a esse que o Banco do Estado de Rondônia deveria ter seguido. Mas infelizmente um bando de ladrões e políticos desonestos saquearam os cofres do estado — lamentou.

Paulo Paim aponta revolução na educação profissional

O Brasil vive uma revolução silenciosa na educação, especialmente no ensino técnico, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou avanços da educação técnico-profissional durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Paim disse que, até 2003, o país contava com apenas 100 escolas técnicas, mas hoje o número subiu para 400. Além disso, um convênio do governo com o Sistema S já garantiu mais de 350 mil matrículas gratuitas nos



Waldeir Baretto/Agência Senado

cursos do Senai e do Senac.

O senador lembrou projeto de autoria dele que cria um fundo para garantir mais verbas para o ensino técnico. A proposta, de 2003, aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também reforçou o apoio ao movimento pela implantação da Universidade Federal dos Vales (Univales), no Rio Grande do Sul.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sem votação de matérias, a sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lia de Paula/Agência Senado



Gurgacz coordena, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a votação de substitutivo apresentado por Benedito

Avança subsídio a produtor de cana na área da Sudene

Benefício concedido a afetados pela seca no Nordeste deve ser estendido a municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, segundo projeto que segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos

SUBSÍDIO DO GOVERNO para produtores de cana-de-açúcar e etanol no Nordeste poderá ser estendido a municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo em área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A medida visa socorrer produtores e usinas afetados pelas secas de 2011 a 2013 e foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto original (PLS 462/2013), de Aécio Neves (PSDB-MG), inclui produtores de cana mineiros e capixabas

em área da Sudene como beneficiários da subvenção prevista na Lei 12.865/2013, referente a prejuízos na safra 2011-2012. Em substitutivo, Benedito de Lira (PP-AL) ampliou o benefício para afetados pela seca na safra 2012-2013 e incluiu usinas produtoras de etanol de Minas e do Espírito Santo, na área da Sudene. A lei já garante o subsídio para produtores do combustível no Nordeste.

Autor e relator argumentam que os municípios dos dois estados atendidos pela Sudene tiveram as mesmas perdas de cidades do semiárido nordestino e, por isso, devem também ser contemplados com

as ajudas governamentais.

A Lei 12.865/2013 prevê subvenção de R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar, até o limite de 10 mil toneladas, para produtores independentes ou suas cooperativas. Para as usinas, está previsto pagamento no valor de R\$ 0,20 por litro de etanol produzido e comercializado nas safras 2011-2012 e 2012-2013.

Para cobrir o conjunto de benefícios, o relator estima que serão necessários cerca de R\$ 600 milhões e informa que os recursos serão liberados com a abertura de crédito extraordinário previsto na Lei 12.877/2013, regulamentado no Decreto 8.079/2013.

Valdir Raupp pede apoio ao governo para reconstruir Rondônia

Waldemar Barreto/Agência Senado



Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu sensibilidade do governo federal diante da necessidade de reconstrução de Rondônia, fortemente atingida pela recente enchente do Rio Madeira.

Ele espera que a presidente Dilma Rousseff edite uma medida provisória destinando recursos para a recuperação do estado.

Segundo o senador, só para restaurar a BR-364, que liga a capital de Rondônia, Porto Velho, ao Acre, serão necessários cerca de R\$ 200 milhões. O parlamentar acrescentou que o prejuízo total causado pelas cheias pode chegar a R\$ 1 bilhão.

Raupp também saudou a assinatura de decreto para modernização do terminal portuário de Porto Velho. O senador espera que a obra reforce a importância de Porto Velho.

Acir Gurgacz destaca regularização fundiária no estado

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou o esforço do governo rondoniense, por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária de Rondônia, para a entrega de documentos de posse definitiva da terra do Programa Título Já, em parceria com o governo federal, prefeituras, tribunal de Justiça e cartórios do estado.

Segundo o parlamentar, o programa de regularização fundiária, que beneficia proprietários urbanos e rurais, faz justiça aos migrantes que colonizaram Rondônia, mas passaram décadas na esperança de conseguir títulos definitivos para as terras.

Em pronunciamento ontem, Acir Gurgacz destacou a importância da regularização para o acesso a programas como o Pronaf e o Minha Casa, Minha Vida, mas advertiu que ainda há muito a fazer.

Anibal Diniz comemora indenização aprovada a soldados da borracha

Moreira Manz/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) comemorou na quarta-feira a aprovação da PEC 61/2013. O texto prevê

indenização para os chamados soldados da borracha, homens que foram alistados e levados para trabalhar nos seringais durante a 2ª Guerra Mundial.

Cerca de 60 mil trabalhadores foram recrutados, com promessas de melhoria de vida. Estimase que mais da metade tenha morrido em razão das péssimas condições em que estavam.

Atualmente, os soldados da borracha recebem uma pensão vitalícia de dois salários mínimos. A indenização prevista no projeto é de R\$ 25 mil, valor que poderá ser recebido também pelos dependentes.

— Não foi o ideal, não condiz completamente com o mérito, o merecimento dos soldados da borracha, mas foi o possível dentro das condições econômicas do governo federal.

Cidinho Santos quer recolhimento de ISS no local da compra

Moreira Manz/Agência Senado



Cidinho Santos (PR-MT) defendeu na quarta-feira a aprovação de projeto de lei de autoria dele

que dispõe sobre o local do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em serviços relativos a cartões de crédito e débito. A proposta (PLS 414/2012) tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem Francisco Dornelles (PP-RJ) como relator.

O projeto prevê que o ISS será cobrado nos municípios onde é feita a compra, e não mais na cidade onde estão sediadas as lojas virtuais e as administradoras de cartões de crédito. De acordo com Cidinho, a arrecadação de impostos referente a esses serviços se concentra em pouquíssimos municípios, justamente os mais ricos, corroendo as finanças de cidades e gerando graves distorções no sistema federativo.

Eduardo Suplicy espera entendimento sobre mudanças no ICMS

Lia de Paula/Agência Senado



Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou na quarta-feira expectativa de que haja acordo político em torno do projeto que

veda a exigência de substituição tributária do ICMS a empresas optantes do Simples Nacional.

Segundo o senador, o texto do PLS 323/2010, atualmente em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), evoluiu para uma posição intermediária na qual a substituição tributária deixa de existir para grande número de mercadorias, ao mesmo tempo em que os estados preservam um núcleo de bens e serviços essenciais para manter a arrecadação. No entanto, o senador salientou a preocupação dos estados com a possibilidade de redução de receita tributária e consequente dificuldade no financiamento de serviços.

Comissão mantém prioridade de mulheres no combate à pobreza

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) manteve preferência para mulheres no enfrentamento à pobreza, prevista no PLS 44/2012, de Paulo Bauer (PSDB-SC). A CRA rejeitou ontem substitutivo da Câmara que eliminava a prioridade.

O projeto — que ainda será votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei 12.512/2011).

Os deputados concordaram que as mulheres devem ter prioridade no recebimento de benefícios do Sistema Único de Assistência Social e nos previstos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas discordaram da prioridade em projetos de enfrentamento da pobreza. O argumento é que eles não visam ao repasse direto de recursos financeiros aos grupos populacionais em situação de pobreza, mas integram proteção social básica do governo.

A relatora na CRA, Ana Amélia (PP-RS), reconheceu não haver previsão de repasse direto de recursos nesses projetos, que são executados pelo Distrito Federal e municípios, em parceria com organizações sociais.

— Como não existe proibição de repasses financeiros aos beneficiários no âmbito



Projeto de Bauer beneficia mulher responsável pela unidade familiar

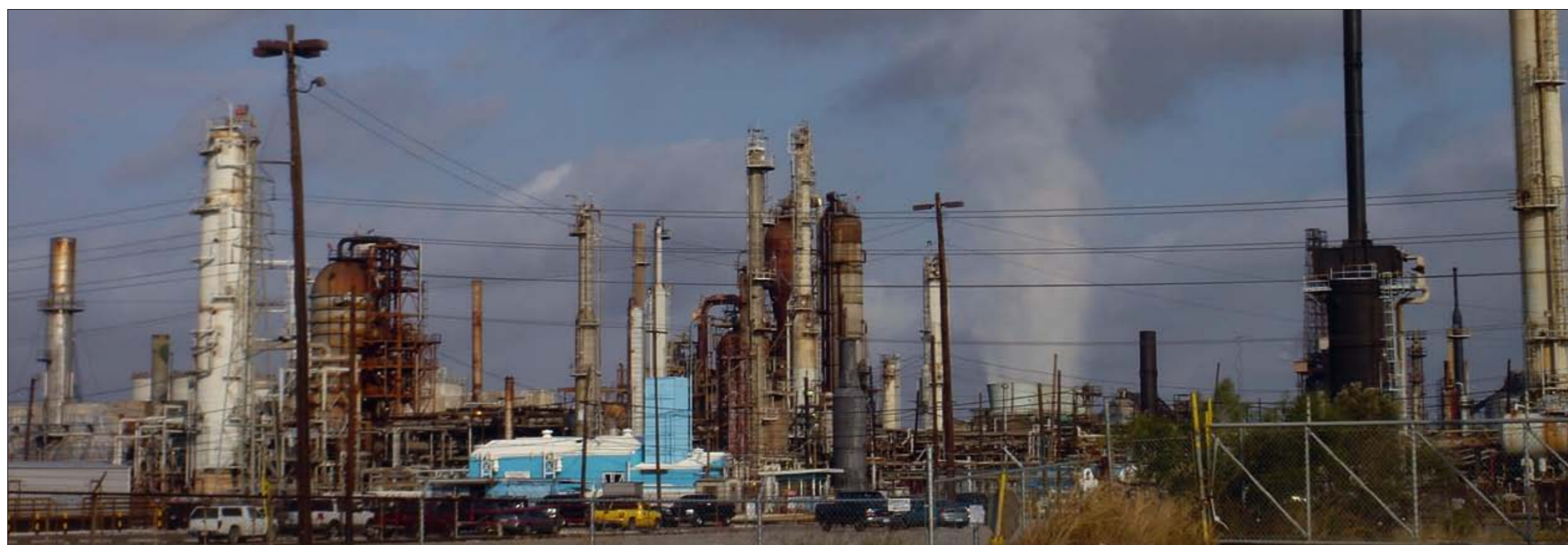
desses projetos, torna-se relevante a manutenção da previsão de pagamento de benefícios preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando aplicável — opinou a relatora.

Os deputados também temiam que a proposta pudesse ser interpretada como restritiva ao pagamento de benefícios aos chefes de família. A relatora considerou a preocupação impropriedade, uma vez que o projeto prevê que, “quando cabível”, a lei admitirá hipóteses de pagamento do benefício ao homem, e não à mulher.

— Temos hoje a consciência de que as mulheres têm um cuidado muito grande no recebimento dos benefícios, na aplicação desse dinheiro. Não que os homens não o façam também, mas a mulher tem o zelo de aplicar aquele benefício para os filhos, para a casa, e tem um controle mais rigoroso em relação a esse benefício — opinou Ana Amélia.

Senado recorrerá contra decisão sobre CPI exclusiva

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a intenção de recorrer contra a decisão liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a instalação de uma CPI exclusiva para investigar supostas irregularidades na Petrobras. Em viagem a Roma, onde participou de missa pela canonização do padre José de Anchieta (leia matéria na página 2), Renan divulgou nota informando que, “diante da imperiosidade de pacificar o entendimento em torno da matéria”, vai apresentar recurso ao Plenário do STF (veja íntegra abaixo). Na manhã de ontem, deputados e senadores opositoristas cobraram de Renan a instalação da CPI exclusiva na próxima semana com a indicação de nomes, pelos partidos, para compor o colegiado. Por sua vez, o líder do PT no Senado, Humberto Costa, disse que o partido, contrário à CPI exclusiva, vai acatar a liminar do STF. Mas também informou já estar recolhendo assinaturas para propor uma segunda CPI, destinada a investigar denúncias contra o sistema de trens e metrô de São Paulo e contratos do Porto de Suape, em Pernambuco.



Compra da refinaria de Pasadena (Texas), pela Petrobras, por mais de US\$ 1,2 bilhão, motivou pedido de instalação de CPI por senadores de oposição, mas a base governista quer investigar também denúncias contra o metrô de São Paulo e o Porto de Suape (PE)

A nota de Renan

A independência dos Poderes é um dos pilares das democracias modernas. Tal preceito tem sido observado ao longo dos anos e, em 2013, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, após a paralisação processual derivada de uma liminar, decidiu, em última instância, que não lhe cabia controlar preventivamente o processo legislativo.

A compreensível divergência acerca da amplitude das comissões parlamentares de inquérito caracteriza uma situação inédita. Ela obriga a reflexão de todos os Poderes a fim de evitarmos um precedente que implique futuras investigações seletivas, restritivas ou mesmo persecutórias a serviço de maiorias circunstanciais.

Os regimentos internos do Congresso Nacional, leis internas do Parlamento, são importantes instrumentos para elucidar a matéria. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por exemplo, explicita que, na ocorrência de requerimentos com objetos coincidentes, prevalecerá aquele de espectro mais abrangente. É uma premissa bastante sensata e que se aplica ao caso.

Desde o primeiro momento, busco o entendimento sobre o alcance das CPIs respeitando o sagrado direito da Minoria. Se fatos podem ser acrescidos durante a apuração, entende-se que muito mais eles são possíveis na criação da CPI. O poder investigatório do Congresso se estende a toda gama dos interesses nacionais a respeito dos quais ele pode legislar.

Diante da imperiosidade de pacificar o entendimento em torno da matéria, o Senado Federal recorrerá da liminar ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



Renan divulgou nota anunciando a intenção de recorrer da decisão liminar



Rosa Weber alega que devem ser respeitados os direitos da Minoria parlamentar

Oposição quer início imediato dos trabalhos

Na manhã seguinte à decisão da ministra Rosa Weber, senadores da oposição definiram estratégias e defenderam a instalação da CPI na próxima semana. Para eles, cabe ao presidente do Senado solicitar imediatamente as indicações dos partidos dos nomes que vão compor a CPI e garantir o funcionamento do colegiado.

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), e outros líderes da oposição afirmaram que a liminar do STF representa uma vitória em favor da Constituição e do respeito às minorias.

— Não há como procrastinar mais, não há como empurrar com a barriga um tema tão grave como esse. O presidente tem agora apenas um caminho: instalar a CPI — disse Aécio, que é pré-candidato à Presidência da República.

Questionado sobre a possibilidade de o governo tentar criar uma CPI para investigar o metrô de São Paulo, Aécio respondeu:

— Acho absolutamente legítimo investigar o metrô de São Paulo. Se quiserem realmente investigar, que apresentem essa CPI.

A ausência de Renan, que está em viagem oficial à Itália e deve retornar no dia 28, não deve atrapalhar a imediata instalação da CPI, na opinião do líder do DEM, José Agripino (RN).

— O Senado tem uma hierarquia. Tem um vice-presidente que assume a função quando da ausência do presidente. Acho que não há o que discutir. Se havia alguma dúvida jurídica, a dúvida foi elucidada. O que importa agora é a instalação da CPI — afirmou Agripino.

Comissão mista

Os senadores opositoristas afirmaram que vão trabalhar pela instalação da CPI da Petrobras no Senado, mas têm preferência por uma comissão mista, que reúna senadores e deputados.

— Há um desejo muito forte de a Câmara de participar das investigações — salientou o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

Para ele, o objetivo da CPI é salvar a Petrobras e restabelecer a credibilidade da estatal.

No texto emitido para justificar a decisão, a ministra do STF

cita que a minoria parlamentar tem direitos constitucionais que devem ser respeitados pelo Congresso. Com base em jurisprudência, Rosa Weber destacou ainda que, atendidas as exigências da Constituição quanto à instalação de CPIs, cabe ao presidente da Casa legislativa adotar os procedimentos necessários à efetiva instalação, “não lhe cabendo nenhuma apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar”.

A oposição quer que seja feita uma ampla investigação sobre quatro denúncias: o alegado prejuízo de mais de US\$ 1 bilhão na aquisição da refinaria de Pasadena, comprada da belga Astra Oil; suspeitas de pagamento de propina para obtenção de contratos com a estatal brasileira; procedimentos que podem ter comprometido a segurança de trabalhadores e de plataformas; e o custo de refinarias em construção no Brasil.

Como a decisão de Rosa Weber foi tomada em caráter liminar, o Plenário da Corte deverá ainda julgar o mérito da questão.



Entre deputados e os senadores Jarbas Vasconcelos (2º à esq.), Aloysio Nunes e Alvaro Dias, Aécio (C) preside reunião da oposição

PT já recolhe assinaturas para CPI do Metrô

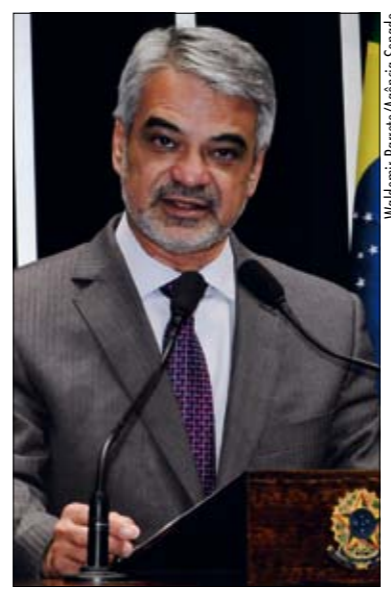
O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), anunciou ontem que a legenda não vai recorrer ao Pleno do Supremo Tribunal Federal contra a decisão liminar da ministra Rosa Weber. Ele disse que já está recolhendo assinaturas para instalação de uma segunda CPI, para investigar denúncias de cartel no sistema de metrô e trens de São Paulo, além dos contratos do Porto de Suape, em Pernambuco. Os estados são governados pelo PSDB e pelo PSB, prováveis adversários do PT nas eleições de outubro.

Ele disse que cabe ao Senado decidir se recorre da liminar do Supremo, até mesmo para garantir a independência dos Poderes e a autonomia do processo legislativo e para clarear o teor da decisão porque cria, segundo ele, uma jurisprudência.

De acordo com o parlamentar, o PT resolveu acatar a liminar para que o processo de instalação da CPI possa andar rápido.

— De nossa parte, estamos aptos a começar a discutir os membros que comporão a CPI da Petrobras, como todos os partidos que compõem a base do governo, tão logo a comissão seja instalada pelo presidente Renan Calheiros. Queremos investigar tudo e todos. O que não vamos é deixar que um instrumento importante como uma comissão parlamentar de inquérito seja desvirtuada para fins político-eleitorais — declarou Humberto.

Ele não considerou a decisão da ministra uma derrota para o governo. Para ele, a determinação fere a autonomia do Senado, que já havia decidido em Plenário pela instalação de uma CPI ampla. Ele disse, no entanto, que a decisão será



Humberto não considera a decisão do STF uma derrota para o governo



Gleisi diz que o PT apresentará nomes para a CPI na semana que vem

cumprida pela Casa. Enquanto o Supremo não dá a palavra final sobre a CPI da Petrobras, Humberto garantiu que o Senado adotará as providências necessárias para instalar a comissão.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou que o partido apresentará o mais rápido possível, provavelmente na semana que vem, os nomes de quem comporá o colegiado.

O roteiro de trabalho da comissão, segundo Humberto, deverá começar a ser discutido na próxima semana. E a expectativa do senador é de que os primeiros depoimentos, como a presidente da Petrobras, Graça Foster, e seu antecessor José Sérgio Gabrielli, comecem a ser ouvidos entre 10 e 11 de maio.

Humberto Costa também assegurou que o partido segue determinado a investigar as denúncias de cartel no metrô de São Paulo e, por isso, já está coletando assinaturas para a criação de uma nova comissão parlamentar de inquérito. Gleisi lembrou que, no acalorado debate sobre a instalação da CPI da

Ana Amélia diz que senadores independentes terão como objetivo resguardar a empresa

A liminar da ministra Rosa Weber foi comemorada por Ana Amélia (PP-RS). A senadora concordou com o consultor Marcio Balthazar, para quem a Petrobras deve atuar pautada na expansão rentável das operações. Acrescentou, porém, que a empresa não pode abrir mão da qualidade dos funcionários. Ana Amélia

reconheceu que a CPI pode ser contaminada pela disputa eleitoral, mas disse que o argumento não pode limitar o direito da Minoria de investigar. Ela afirmou ainda que o grupo de senadores considerados independentes se empenhará para que a CPI tenha como principal objetivo a preservação da Petrobras.

Rolleberg: “Liminar preserva prerrogativa do Congresso, o que caberia a Renan fazer”

Para Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), a melhor forma de proteger as denúncias, buscando a transparência.

— O que a ministra Rosa Weber está fazendo é preservar uma prerrogativa do Congresso, algo que caberia ao presiden-

te do Senado fazer — disse.

O senador ainda leu a resposta de Renan Calheiros a uma questão de ordem em 2006, quando também presidia a Casa, dizendo que não seria possível uma CPI com muitos focos de investigação.



Alvaro Dias: Presidência do Senado não tem alternativa senão instalar logo a comissão

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirmou que não existe alternativa à Presidência do Senado que não a de instalar imediatamente a CPI da Petrobras e solicitar que os líderes partidários indiquem os parlamentares que vão integrar a comissão.

Alvaro Dias lembrou que, mesmo no caso de o Senado recorrer da decisão, a liminar não será suspensa.

— O objetivo dessa CPI é retirar a empresa, para preservá-la, das mãos daqueles que lastimavelmente a dilapidaram nos últimos anos.

Para Simon, decisão preserva “o sagrado direito das minorias, da democracia, de poder falar”

Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal. O senador disse que a oposição só recorreu ao STF porque o governo queria impedir a investigação ao propor a criação de uma CPI com vários

fatos, além da Petrobras, a qual, em sua opinião, “acabaria não investigando nada”. Ele considerou a decisão “óbvia e correta”.

— O que está em jogo é o sagrado direito das minorias, da democracia, de poder falar — disse Simon.



Aloysio afirma que PSDB não teme CPI: “Quem tem medo de investigar a Petrobras é o PT”

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que a liminar do Supremo Tribunal Federal que determina que a CPI da Petrobras tenha caráter exclusivo — investigando apenas denúncias de irregularidades na empresa — garante à Minoria parlamentar condições para fazer o trabalho

de oposição. Ele afirmou que os partidos da oposição não poderiam ficar de braços cruzados diante das denúncias envolvendo a Petrobras, como a relacionada aos prejuízos com a compra da refinaria de Pasadena.

— Quem tem medo de investigar a Petrobras é o PT.

Cristovam avalia que apuração é importante para evitar uso político de outras estatais

Cristovam Buarque (PDT-DF) comparou o discurso dos governistas, que dizem que quem é a favor da CPI da Petrobras é contra a empresa, ao do regime militar, em que os ditadores afirmavam que seus críticos não amavam o Brasil.

O senador acredita que, se a investigação não for feita, o uso político de importantes empresas nacionais pode se alastrar.

— Hoje é a Petrobras. Daqui a alguns anos, vai ser o BNDES, a Eletrobras e a Caixa Econômica — alertou.



Regime diferenciado para qualquer obra da administração pública, envio de verbas para vítimas de desastres climáticos, crédito extraordinário para ministérios e recursos para o BNDES são temas das MPs



Prazo de tramitação das MPs, de 45 dias, se esgotou e Plenário tem de analisar as propostas antes de votar outros projetos

Quatro medidas provisórias trancam pauta do Plenário

FORAM LIDAS NO Plenário, na quarta-feira, quatro medidas provisórias (MPs). O prazo de tramitação de todas elas, de 45 dias, já se esgotou e, por isso, elas trancam a pauta de votações.

Entre as MPs, está a que estende o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) a qualquer obra da administração pública. Inicialmente, a MP 630/2013 estendia o uso do RDC apenas às obras e serviços de engenharia relacionados à construção ou reforma de presídios e unidades de internação de adolescentes

infratores. A proposta de ampliação do uso do regime se deu após a tramitação na comissão mista que a analisou. A MP tramita, agora, como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2014 e tem até 2 de julho para ser votada.

As MPs 631/2013 (PLV 3/2014) e 637/2013 também devem ser votadas até 2 de julho. A primeira simplifica o envio de dinheiro público a estados e municípios atingidos por desastres climáticos e foi editada após inundações ocorridas no final de 2013. A segunda abre crédito extraordinário

de R\$ 1,97 bilhão para nove ministérios. A maior parte dos recursos será destinada ao atendimento das populações vítimas de desastres naturais.

Já o PLV 4/2014, proveniente da MP 628/2013, autoriza a União a conceder crédito de R\$ 24 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão usados para financiamentos de longo prazo ligados, principalmente, a programas de investimentos governamentais. A MP, que já teve o prazo prorrogado, precisa ser votada até 8 de maio.

Rodrigues critica governo paulista por falta d'água

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) criticou ontem a falta de planejamento do governo paulista e de ações da companhia de saneamento (Sabesp) para prevenir a crise no abastecimento de água em São Paulo e minimizar os riscos de racionamento.

Rodrigues lembrou que, ainda no ano passado, especialistas apontaram a possibilidade de um verão mais seco e a necessidade de ações preventivas. Na avaliação do senador, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) demorou para tomar medidas.

— Problemas de abastecimento não são somente por falta de chuva, mas também por falta de investimento. Especialmente numa região carente de bacias fluviais — afirmou o senador.



Moreira Maniz/Agência Senado

Lúcia Vânia: má gestão gerou a crise no setor energético

O governo tem manobrado números da economia com os olhos nas eleições de outubro, afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO). A senadora lamentou a falta de leilões de energia elétrica, que, segundo ela, poderiam trazer mais robustez ao setor.

— A culpa pela crise não é só da falta de chuvas. O governo, por deficiência gerencial e de planejamento, não permitiu que o setor se estruturasse em tempo hábil para enfrentar o aumento de demanda por energia. Só que a expectativa de baratear de forma artificial as contas de luz não se realizou, pois várias empresas não aderiram à proposta do governo. Assim, hoje há necessidade de aportes bilionários ao setor — concluiu.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares e Ana Amélia destacam revista *Em Discussão!* sobre a Copa

A última edição da revista *Em Discussão!*, que trata da Copa do Mundo de 2014, foi saudada anteontem em Plenário por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ana Amélia (PP-RS).

Editada pela Coordenação **Jornal do Senado**, da Secretaria de Comunicação Social da Casa, a revista analisa os preparativos para o evento, como as principais obras de mobilidade urbana e a ampliação dos aeroportos, além de explicar como a Copa pode impulsionar o turismo. A publicação também debate os atrasos dos projetos, o estouro no orçamento e os conflitos com a Fifa, a entidade máxima do futebol mundial.

Valadares disse que os empreendimentos da Copa deixarão um legado positivo e as obras serão um exemplo para os novos administra-

dores a serem eleitos em outubro. Para o senador, a mobilidade urbana deve ter um caráter amplo para garantir sobrevivência digna a toda a sociedade.

Ana Amélia lembrou que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da qual é vice-presidente, discutiu todos os aspectos do evento.

— Também tive a honra de ter sido a relatora da Lei Geral da Copa e esse trabalho da área de comunicação é a contribuição que se dá a respeito de tudo o que se tratou, no âmbito do Senado, de um evento da maior magnitude, que é a Copa 2014. Estamos torcendo todos, com o desejo de que saia uma Copa que orgulhe os brasileiros — disse.

A revista pode ser lida em www.senado.leg.br/emdiscussao ou adquirida na Livraria do Senado.



Ana Amélia: esforço da Comissão de Educação no debate do tema



Antonio Carlos Valadares afirmou que Copa deixará legado positivo

Mário Couto acusa governo de mentir sobre gastos com estádios

Mário Couto (PSDB-PA) acusou ontem o governo de mentir sobre os gastos públicos em educação e nos estádios da Copa do Mundo. O senador contestou a afirmação da ministra da Cultura, Marta Suplicy, de que o governo investe mais em saúde e educação do que na construção dos estádios.

Mário Couto citou dados sobre investimentos em educação em Brasília, de R\$ 33 milhões, enquanto no estádio foi gasto mais de R\$ 1 bilhão.

Em Curitiba, foram investidos R\$ 99 milhões em educação, enquanto no estádio para a Copa, R\$ 234 milhões. Já no Recife, acrescentou o senador, o gasto com educação ficou em R\$ 123 milhões e foram destinados ao estádio R\$ 400 milhões.

O parlamentar considerou lamentável que “a Fifa mande fazer a Copa do Mundo e o Brasil aceite”, lembrando que o país que não tem saúde, educação, infraestrutura ou segurança.



Moreira Maniz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Bacharéis em direito criticam exame da OAB em audiência no Senado

Entidades contrárias à prova apontaram até interesses econômicos, argumento refutado pelo representante da Ordem dos Advogados

O EXAME DA Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi intensamente criticado durante audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem. Para entidades contrárias à prova, a exigência de habilitação antes do ingresso no mercado profissional não pode ser imposta apenas aos que se formam em direito. Se o exame tiver que ocorrer, entendem ainda que a aplicação deve ficar sob a tutela do Ministério da Educação, e não da OAB.

— Não se pode atribuir a uma instituição privada o poder de dizer quem pode ou não advogar — argumentou Carlos Schneider, presidente da Associação Nacional dos

Bacharéis em Direito (ANB). Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade do exame, os representantes das entidades dos bacharéis em direito reiteraram posição contrária. O entendimento é de que apenas o Executivo federal poderia regulamentar o tema.

Arrecadação

Os opositores contestaram afirmações de que o exame é útil à sociedade, tendo em vista o papel crucial dos advogados na defesa de direitos fundamentais dos indivíduos, inclusive a própria liberdade. A avaliação comum aos participantes do debate contrários

ao exame é que a prova representa uma rendosa fonte de receitas, da ordem de R\$ 80 milhões anuais, decorrentes das inscrições cobradas, sendo essa a razão da veemente defesa de sua manutenção.

— Quem abriria mão de pegar R\$ 80 milhões ao ano, sem prestar contas a ninguém? — questionou Willyan Johnes, presidente nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil (OBB).

O interesse econômico seria também a explicação para os altos índices de reprovação registrados, como assinalaram os contrários ao exame. Para isso, conforme Reynaldo Arantes, que preside a Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil (OABB),

a entidade manipula a prova, adotando “pegadinhas” entre os quesitos. Assim, sempre restariam cerca de 100 mil reprovados para o próximo exame. Somente com esses, já haveria uma arrecadação garantida de R\$ 20 milhões, com base no atual valor da taxa de inscrição, de R\$ 200. Com os novos formandos, a receita sobe para R\$ 80 milhões.

Para acabar com essa distorção, Arantes defendeu a gratuidade do exame. Segundo ele, os custos podem ser cobertos com as receitas já arrecadadas pela OAB, especialmente a anuidade paga pelos advogados, que hoje seria superior a R\$ 900. Também apontou uma contradição na OAB, que “ora se diz pública”, para não pagar impostos, e paralelamente privada, para não prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

O professor da Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus (Faecad) Rubens da Silva reforçou que o exame da OAB é injusto, por causa do alto grau de dificuldade das provas e do valor elevado da inscrição.

— O processo a que a OAB submete essas pessoas é um processo humilhante — criticou.

Jayme Campos pede aprovação da PEC da Defensoria Pública

Jayme Campos (DEM-MT) apelou ontem aos colegas senadores para que aprovem rapidamente a Proposta de Emenda à Constituição 4/2014, que fixa prazo de oito anos para que a União e os estados contratem defensores públicos para todas as jurisdições.

— A falta de defensores públicos sabota o acesso à Justiça, que é um direito do cidadão e uma obrigação do Estado — alertou o senador, lembrando que é dever do poder público viabilizar a prestação integral e gratuita de orientação jurídica aos mais pobres.



Moreira Moritz/Agência Senado

Roberto Requião condena redução da maioria penal

Roberto Requião (PMDB-PR) reiterou ontem posição contrária à redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Para ele, o ingresso precoce de adolescentes no sistema carcerário só faria aumentar o número de bandidos, pois tiraria de muitos deles a oportunidade de se reeducar.

— Há crimes cometidos por menores que precisam ser punidos com medida além do que prevê o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Esse tema deve ser discutido pela sociedade, sem que se mude a maioria — afirmou.



Moreira Moritz/Agência Senado



Representante dos bacharéis em direito, Carlos Schneider faz explanação em audiência presidida por Moka (3º à esq.)

Governo quer nova política para cursos

Os representantes do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Federal de Medicina (CFM) não fizeram uma defesa clara da manutenção do exame da OAB nem opinaram pelo fim dele. Lúcio Silva, conselheiro do CFM, apenas fez um paralelo com a questão da grande proliferação dos cursos de medicina. Esse processo, como observou, tem levado a categoria à unânime opinião da necessidade de uma prova para avaliar

os médicos recém-formados. Para Luana Medeiros, da Diretoria de Regulação da Educação Superior do MEC, há mais de dez anos o ministério se posiciona pela separação entre o exercício profissional e a formação acadêmica. O MEC, segundo ela, atua apenas na esfera educacional e, coincidentemente, em 2013, suspendeu a abertura de cursos de direito para reformular a política regulatória desse campo acadêmico.

— O ministério escolheu visitar in loco todos os cursos de direito ofertados no sistema federal de ensino superior. São quase mil cursos e serão todos visitados, para que, no começo do ano que vem, a gente tenha um panorama bem completo da oferta da educação superior, com dados atuais — explicou.

Luana informou que 38 cursos de direito tiveram notas insuficientes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) em 2013.

Advogados alegam dever de cidadania

O secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Cláudio Pereira de Souza Neto, defendeu a manutenção do exame como um dever da entidade pela cidadania. Ele criticou a explosão de cursos de direito, sob a permissão do governo, especialmente na década de 90. Segundo Souza, o número aumentou de 200, na década de 70, para 1.285 atualmente.

— Quando a OAB entrega a carteira ao advogado, ela está sobretudo se comunicando com o cidadão, dizendo que

aquele profissional reúne as condições técnicas necessárias para promover a defesa de bens absolutamente fundamentais para ele — argumentou.

O secretário disse que a OAB não vê os bacharéis como adversários e que está aberta a solucionar o problema do grande número de reprovações no exame. Ele explicou que a Ordem vem tomando medidas para conseguir aumentar as aprovações. Entre elas, o fato de permitir ao candidato repetir, por ao menos mais um

certame, a segunda etapa da prova, no caso de reprovação, sem ter que refazer a primeira.

Em relação ao valor das inscrições, o secretário da OAB justificou o custo pelo fato de o exame ser prestado em 178 polos, incluindo o interior do país. Ele disse que a instituição não tem interesse econômico no valor das inscrições, porque se os candidatos reprovados tivessem sido aprovados, o que eles pagariam à OAB seria muito maior do que a taxa da inscrição.

Waldemir Moka espera que Ordem estabeleça diálogo

Para o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), a audiência pública serviu para deixar claro que há uma insatisfação dos bacharéis com o exame de ordem. Ele disse esperar que a OAB consiga estabelecer um diálogo.

— Tomara que o representante da Ordem consiga, no colegiado, que a gente possa estabelecer um diálogo — afirmou.

Paulo Paim (PT-RS), um dos requerentes da audiência pública, sugeriu a reunião de todos os projetos que tratam do tema no Senado em um só texto, além da busca de um entendimento entre OAB, os bacharéis e o MEC.

— Houve mudanças pequenas, mas houve. Nós podemos avançar mais nesse tema, por isso nós temos que estabelecer um diálogo com a OAB na busca de uma alternativa para que essa juventude toda que se forma tenha a oportunidade do trabalho — afirmou.

Randolfe Rodrigues defende polícia desmilitarizada

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) advertiu que a morte do dançarino DG, da Rede Globo, é mais um caso que mostra a necessidade que o Brasil tem de um novo modelo de segurança pública e atuação da polícia.

— É urgente e necessário constituirmos um outro modelo de polícia para enfrentar o grave problema da violência no Brasil. O que falta a essa concepção de polícia brasileira é inteligência, humanização e integração. É urgente e necessário que esta Casa vote a PEC 51 [que prevê a desmilitarização da polícia] — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Compra de Gripen permitirá criar o caça brasileiro, diz embaixador

Marcos Vinicius Pinta Gama foi aprovado ontem para o cargo de embaixador na Suécia após sabatina na Comissão de Relações Exteriores. Para a Bulgária, o colegiado aprovou a embaixadora Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura. As indicações seguem para votação no Plenário

A AQUISIÇÃO PELO governo brasileiro de 36 aviões de caça suecos Gripen, anunciada em dezembro, será o primeiro passo para o desenvolvimento pelo Brasil dos próprios aviões militares, disse ontem o embaixador designado para representar o país em Estocolmo, Marcos Vinicius Pinta Gama. A indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE), junto com a indicação da diplomata Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura para representar o país na Bulgária.

Gama explicou que a Suécia mantém postura de neutralidade e não participa de guerras há 200 anos, mas desenvolveu uma indústria de ponta no setor de defesa, o que inclui a fabricação dos caças.

— O contrato de compra dos

Gripen, que será firmado até o fim do ano, permitirá ampla transferência de tecnologia e fabricação conjunta das aeronaves. Devemos pensar nesse projeto como nossa graduação para projetar e construir nosso próprio avião de caça.

Segundo o embaixador, os dois países têm “forte convergência” em temas globais, como promoção da democracia, proteção aos direitos humanos, governança da internet, redução da pobreza e promoção da paz. Outro motivo de aproximação, recordou, é a recente oferta pelo governo sueco de 1.600 vagas a estudantes brasileiros no Programa Ciência sem Fronteiras.

No que se refere à economia, Gama — cuja indicação teve como relatora Ana Amélia (PP-RS) — disse que pretende se empenhar pelo equilíbrio no comércio bilateral, atualmente deficitário para o Brasil. Ele ressaltou a importância da criação de um centro binacional de inovação tecnológica em São Bernardo do Campo (SP) e da parceria com a Suécia na promoção dos biocombustíveis. Gama representará o Brasil, cumulativamente, na



Carmen Lídia e Gama foram sabatinados em reunião dirigida por Ana Amélia (C)

República da Letônia.

A indicada para a Bulgária disse que as relações com o Brasil tiveram impulso com a eleição da presidente Dilma Rousseff, cujo pai é búlgaro. Dilma, em outubro de 2011, visitou o país, onde, como recordou a embaixadora, há minorias ameaçadas pela pobreza. Por isso, um dos principais enfoques do relacionamento bilateral será a cooperação na implantação de programas sociais, nos quais o Brasil tem obtido sucesso.

Carmen — cuja indicação foi relatada por Luiz Henrique (PMDB-SC) — admitiu que o comércio bilateral é pequeno, mas ressaltou as possibilidades de ampliação em cultura e

educação. A diplomata também representará o Brasil na Macedônia, república de 2 milhões de habitantes que fazia parte da antiga Iugoslávia e que enfrenta taxa de desemprego de 30%, além de fortes tensões étnicas.

Ana Amélia, que presidiu a reunião, ressaltou a prioridade dada por Brasil e Suécia aos biocombustíveis. Ela lamentou ter visto naquele país propaganda contra o álcool, por causa de suposta produção de cana na Amazônia. Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou a importância de temas como meio ambiente, comércio de mulheres e crianças e armamentismo. Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para o progresso da Suécia na redução das desigualdades sociais.

Ao final da reunião, Suplicy leu parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 332/11, de Humberto Costa (PT-PE), que garante pensão especial a ex-integrantes do Batalhão Suez, enviados pelo Brasil ao Oriente Médio na década de 50 como parte de um programa de paz da ONU.

Ministro das Relações Exteriores deverá falar sobre países em crise

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater as crises da Ucrânia e da Venezuela. A decisão foi tomada ontem pela comissão, a pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador recordou a visita à CRE do embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, no final de março, quando ele pediu ao Brasil para “não ficar em cima do muro” em relação à invasão da Crimeia por tropas da Rússia. O parlamentar acrescentou que o Paraná conta com uma significativa população de origem ucraniana, que está apreensiva com os destinos daquele país.

A respeito da Venezuela, Alvaro Dias ressaltou que a crise política no país vizinho tem sido “intensamente debatida” no Senado, inclusive durante recente visita da deputada de oposição venezuelana María Corina Machado, à CRE.

Na presidência da reunião, Ana Amélia (PP-RS) considerou oportuna a presença do ministro, uma vez que a situação na Ucrânia “inspira muitos cuidados”.



Chefe da diplomacia brasileira, Figueiredo poderá vir ao Senado

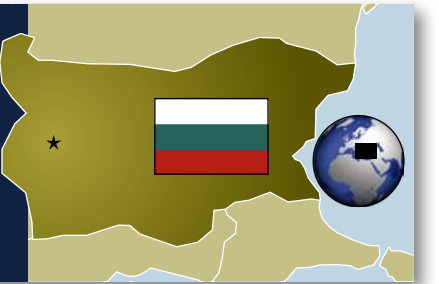
Suécia

- » Área: 420.295 km²
- » Capital: Estocolmo
- » População: 9,64 milhões
- » PIB per capita: US\$ 57.297
- » Exportações brasileiras: US\$ 449 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 1,99 bilhão



Bulgária

- » Área: 111.002 km²
- » Capital: Sófia
- » População: 7,25 milhões
- » PIB per capita: US\$ 7.411
- » Exportações brasileiras: US\$ 218,6 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 32,9 milhões



Fonte: MRE

Gleisi anuncia que Mais Médicos terá 14 mil profissionais em maio

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou ontem que o Programa Mais Médicos, do governo federal, deve atingir, em maio, 14 mil profissionais atendendo a população mais pobre, principalmente no interior, mas também nas capitais e nos grandes centros. Na opinião da senadora, o programa já é bem-sucedido.

A parlamentar afirmou que o Brasil sempre apresentou um grande déficit de profissionais de saúde, com 1,8 médico para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto a Argentina tem 3,2 profissionais para cada 100 mil habitantes; o Uruguai, 3,7; Portugal, 3,9; e a Espanha, 4 médicos para 100 mil habitantes.

Segundo Gleisi, que, como ministra-chefe da Casa Civil, participou da criação e da execução do programa, como os profissionais brasileiros não suprimiram a demanda, o governo resolveu trazer imediatamente médicos de Cuba, Espanha e Portugal. E, ao mesmo tempo, investir para que o Brasil forme, até 2026, mais 600 mil profissionais.

Ana Amélia cobra o fim da burocracia no registro de remédios

Ana Amélia (PP-RS) voltou a cobrar mais rapidez no registro de pesquisas clínicas. A senadora frisou que uma maior agilidade no processo de registro de um remédio pode significar a saúde de um paciente.

Ela citou o editorial publicado na terça-feira, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a respeito da situação de cobaias para novos experimentos. O editorial critica a burocracia em torno de testes de novos remédios, o que prejudicaria a saúde de muitos brasileiros e a economia do país.

Ana Amélia lembrou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fez uma audiência pública no dia 18 de março para tratar do assunto. Na ocasião, os debatedores foram unânimes em criticar a demora na autorização para remédios e tratamentos.

A senadora registrou que a CAS aprovou ontem o nome de José Carlos Magalhães da Silva Moutinho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ela comemorou a promessa do novo diretor de que a Anvisa vai estudar a redução do tempo de análise do registro de novos produtos e dar mais rapidez ao processo, sem descuidar do risco sanitário.

Paulo Davim alerta para problemas na área de saúde suplementar



Paulo Davim (PV-RN) advertiu que o sistema de saúde suplementar, que envolve os planos de saúde, enfrenta um problema sério, que precisa de uma solução urgente.

Ele explicou que muitos profissionais e empresas da área estão deixando de atender pelos planos de saúde porque consultas, exames e procedimentos médicos estão com preços defasados.

Já os planos de saúde, segundo o senador, alegam que não podem reajustar os preços desses serviços porque têm tido reajustes menores nas mensalidades do que o solicitado e previsto nas planilhas de custos apresentadas aos órgãos competentes.

Paulo Davim disse que, na tentativa de contornar o problema, muitos planos de saúde adotam providências que prejudicam o usuário, como limitação do número de exames e do tempo de internação, para conter custos. Isso prejudica 47 milhões de brasileiros usuários de planos de saúde, alertou o parlamentar.